

Estudos Culturais, gênero e infância: limites e possibilidades de uma metodologia em construção

Jane Felipe¹

Resumo

O conceito de infância e sua respectiva educação têm passado por significativas transformações ao longo dos últimos séculos. É possível observar o quanto as crianças vêm ganhando visibilidade, como sujeitos dignos de atenção, seja na área científica, jurídica, política ou tecnológica. Nesse contexto, o presente artigo pretende descrever o modo como se pode manejar e analisar pesquisas neste campo, especialmente pesquisas alinhadas com abordagens pós-estruturalistas.

Palavras-chave: Infância, educação, Estudos Culturais.

Cultural Studies, gender and childhood: limits and possibilities of a methodology in progress

Abstract

The concepts of childhood and of children's education have undergone significant changes over the past centuries. It is possible to observe that children are nowadays gaining visibility as subjects who became worthy of attention, whether in science, legal, political or technological fields. In this context, I present some possibilities of analyses and research in this field, focusing on works that are aligned with poststructuralist approaches.

Keywords: Childhood, education, cultural studies.

A CRESCENTE VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

O conceito de infância e sua respectiva educação têm passado por significativas transformações ao longo dos últimos séculos. É possível observar o quanto as crianças vêm ganhando visibilidade, como sujeitos dignos de atenção, seja na área científica, jurídica, política ou tecnológica. No campo político, principalmente a partir do século XIX, as crianças passaram a

¹ Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da UFRGS, pesquisadora do CNPq. Integrante do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero).

Textura	Canoas	n.19-20	p.4-13	2009
---------	--------	---------	--------	------

ser alvo de diversas leis e políticas públicas para garantir proteção e bem-estar à infância. No Rio de Janeiro, por exemplo, no início do referido século, foram implantados o Asilo de Meninos Desvalidos (1875) e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Brasil (1889). No século seguinte foi criado o Departamento Nacional da Criança (decreto-lei nº 2024 de 17/02/1940), que implantou as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência no Brasil (FELIPE, 2000b). Como exemplos mais recentes de leis que visam garantir a proteção e bem-estar das crianças pequenas, podem ser citados o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8242/91) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Especialmente a partir da segunda metade do século XX as crianças foram descobertas como consumidoras, pois vários produtos foram criados para elas. De lá para cá, o consumo desenfreado que hoje se instala nas sociedades capitalistas tem incrementado uma série de produtos oriundos de variados segmentos, destinados especificamente para as crianças (brinquedos, alimentos, roupas, calçados, móveis, livros, CD's, filmes, materiais escolares, maquiagens, dentre tantos outros produtos). Profissionais de diferentes áreas (psicopedagogas/os, pediatras, psicólogas/os infantis, recreacionistas, fonoaudiólogas/os, entre outras/os) também têm dado bastante importância a esta faixa etária, tanto que muitos deles/as têm se dedicado ao atendimento, quase que exclusivo, de meninas e meninos.

Nos últimos anos, muitos estudos (tanto os desenvolvidos no meio acadêmico, como os desenvolvidos em outros meios) têm tomado como foco principal a infância, de modo que há hoje vários centros e grupos de pesquisa que se dedicam a esse tipo de discussão. No Rio Grande do Sul, por exemplo, podem ser citados o GEIN (Grupo de Estudos em Educação Infantil) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o NEPE (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação de Zero a Seis Anos) vinculado ao Curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (GUIZZO, 2004; FELIPE, 2004). Muitos dos estudos voltados para a infância, em especial àqueles dedicados à Educação Infantil, dizem respeito, principalmente, às diversas formas como o espaço, o planejamento e a rotina podem ser organizados, bem como às questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo das crianças, propostas pedagógicas e curriculares, políticas públicas para a faixa etária de zero a seis anos, etc. Entretanto, apesar da relevância de tais temas para a educação de crianças pequenas, eles não chegam a tratar propriamente das questões de

gênero, conforme apontam alguns/algumas autores/as (SANTOS, 2004; STEINBERG, 2001; FELIPE, 2000a; WALKERDINE, 1999).

As reflexões que propomos nesta artigo são o resultado de trabalhos e pesquisas que têm sido realizados no campo dos Estudos Culturais e Estudos Feministas. Uma das principais características dos Estudos Culturais é justamente sua versatilidade teórica, entendendo que os processos culturais vinculam-se de maneira importante às relações sociais – de classe, de raça, de gênero, de geração -, envolvendo relações de poder. Além disso, a cultura deve ser entendida, neste referencial, como um local de lutas e de disputas, e não simplesmente um campo autônomo e determinado. Segundo Richard Jonhson (1999:25),

Os Estudos Culturais dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, os Estudos Culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais.

Descrever o modo como se pode manejar e analisar pesquisas neste campo, especialmente em se tratando de abordagens pós-estruturalistas não é tarefa fácil, na medida em que não existe somente um único método de pesquisa e suas metodologias podem ser múltiplas, e, às vezes, pouco explicitadas, como refere Cheek (2000). Há a possibilidade de se criar estratégias específicas de acordo com as especificidades de cada pesquisa, tanto no que diz respeito à reunião de informações, quanto à posterior análise das mesmas (LOURO, 2002; SANTOS, 2002; GUIZZO, 2004). Foi pensando em tais questões que decidimos desenvolver um trabalho que objetiva explorar e discutir algumas questões metodológicas de pesquisa com crianças. Destacamos que, longe de procurar “constituir” uma metodologia, procuraremos refletir a respeito de algumas possibilidades e limites de se desenvolver investigações que contemplem vivências, opiniões e expectativas das crianças.²

² As pesquisas desenvolvidas no eixo temático *Infância, gênero e sexualidade*, da linha de pesquisa *Educação e Relações de Gênero* (PPGEDU/FACED/UFRGS), têm priorizado o contato direto com crianças pequenas, especialmente na faixa etária dos 3-7 anos), observando o cotidiano escolar na qual estão inseridas, as relações que ali se estabelecem (crianças-crianças, crianças-adultos), bem como ouvindo suas opiniões e impressões sobre a construção das relações de gênero.

DANDO VOZ E VEZ ÀS CRIANÇAS: LIMITES, IMPASSES E POSSIBILIDADES

É importante destacar que só recentemente as crianças passaram a ganhar visibilidade como tema relevante de pesquisa. Tais estudos se voltam para a infância como uma etapa importante da vida, com suas peculiaridades e culturas. No entanto, parte significativa dessas pesquisas não tem levado em conta o que as crianças dizem a respeito das suas mais variadas experiências, como sentem, o que pensam, uma vez que se limitam a escrever sobre elas numa visão adultocêntrica, excluindo-as assim do protagonismo que mereceriam ter (ALANEN, 2001; QUINTEIRO, 2002; FELIPE, 2004). Entretanto, aqueles/as que desenvolvem ou pretendem desenvolver pesquisas que coloquem as crianças como protagonistas, certamente enfrentam/enfrentarão limites no decorrer de seus processos investigativos. Sendo assim, neste trabalho, problematizaremos tanto alguns limites, impasses e desafios que têm sido enfrentados em investigações por nós desenvolvidas, como também apontar algumas possibilidades de se desenvolver pesquisas que tomem como base a “voz” das crianças. Para tanto, utilizaremos como referência os Estudos Culturais e os Estudos Feministas, em especial aqueles que se articulam à perspectiva Pós-Estruturalista de análise.

A respeito da realização de pesquisas que contemplem a participação de crianças, Alanen (2001:97) ressalta que:

O “regime” de verdade no qual a infância está implicada, e as práticas institucionalizadas que se seguiram, organizam para a categoria social das crianças localizações a partir das quais elas são compelidas a participar da vida social cotidiana. Através dessa participação as crianças (...) ganham uma gama especial de experiências e de saber acerca das relações sociais dentro das quais elas vivem diariamente, nos lugares que são delas. *Entretanto, esse saber habitualmente não é articulado e portanto permanece oculto, implícito, sem reconhecimento.* (grifos nossos).

Quinteiro (2002:21) é outra estudiosa que atribui especial importância a esse tipo de investigação, pois, segundo ela

pouco se conhece das culturas infantis porque pouco se ouve e pouco se pergunta às crianças e, ainda assim, quando isto acontece, a “fala” apresenta-se solta no texto, intacta, à margem das interpretações e análises dos pesquisadores. Estes parecem ficar prisioneiros de seus próprios referenciais de análise. Entre as ciências da educação, no âmbito da sociologia, há ainda

resistência em aceitar o testemunho infantil como fonte de pesquisa confiável e respeitável.

Tais reflexões têm apontado a importância de se ouvir as crianças, para que desta forma se possa conhecer as culturas infantis.

No entanto, torna-se importante salientar que o fato de ouvir as crianças, colocando-as como sujeitos privilegiados de nossas pesquisas, não fará com que nos aproximemos de uma verdade natural e absoluta sobre elas. É ilusão pensar que “dar” voz às crianças, observando atentamente os discursos que elas produzem ou reproduzem sobre si mesmas e o mundo nos trará um desvelar sobre a infância. Como salienta Silveira (2002:80), ao ouvir as crianças estamos interagindo com uma polifonia de vozes, o que implica em ouvir inúmeras manifestações, de diferentes interlocutores ali presentes, isto é, “(...) os discursos [nesse caso, os das crianças] são atravessados por outros discursos, as vozes que ouvimos ecoam outras vozes (...)”. Sendo assim, as falas das crianças devem ser examinadas como quaisquer outros textos culturais, isto é, visibilizando de que forma determinados mecanismos e práticas são mobilizados para produzir tais discursos.

Até aqui, destacamos a importância de se posicionar as crianças como sujeitos falantes e atuantes em investigações. Mas como se pode tentar posicioná-las de tal maneira?

Os métodos etnográficos se apresentam como alternativas bem instigantes para o estudo das culturas infantis, pela possibilidade de trazerem maiores recursos para a pesquisa, oportunizando uma participação mais direta, para acompanhar bem de perto as formulações que as crianças estabelecem sobre si mesmas e sobre o mundo que as cerca (FELIPE, 2004).

Outro interessante aspecto a ser considerado é que, em tais métodos, o modo como se dá a inserção do/a pesquisador/a, bem como a sua interação com o grupo no qual está inserido/a mostram-se fundamentais. Em se tratando de crianças, é preciso ter especial cuidado com relação à forma como entramos, permanecemos e saímos do campo. Ao iniciarmos uma pesquisa com crianças, em função da especificidade dessa faixa etária, é interessante estabelecermos um bom vínculo com elas, exercendo uma maior intimidade e respeito para que haja uma abertura para a realização do trabalho que se pretende realizar (DEMARTINI, 2002).

Devemos ter também uma preocupação constante em relação à forma como se dá a nossa permanência no local de pesquisa. Mais do que se limitar a chegar, olhar, observar e anotar ... mais do que “ir até lá para coletar os dados” (SANTOS, 1997:36-7, grifos do autor), é preciso participar ativamente, até porque elas nos solicitam todo o tempo, querendo que participemos de suas brincadeiras, interagindo com nosso material (pedindo para ver ou mesmo desenhar no diário de campo, por exemplo). Em nossas pesquisas³ (que têm procurado colocar em evidência os dizeres das crianças acerca das representações de gênero que estão presentes nas conversas e nas atividades propostas e executadas por elas no espaço das escolas infantis), temos tentado dar destaque a tal participação. Além das atividades, que dizem respeito especificamente aos nossos objetivos de pesquisa, procuramos participar das discussões emergidas nos espaços educacionais, propor algumas atividades às crianças, bem como procuramos nos posicionar sobre algum tema, quando solicitadas por elas, na medida em que estão sempre querendo saber nossa opinião sobre os mais variados assuntos. Portanto, esses pequenos sujeitos de nossas pesquisas estão constantemente nos desafiando a sermos seus parceiros, pesquisadores/as participantes.

Nesse tempo de permanência, atentos/as às lacunas que podem surgir no desenrolar da pesquisa, os/as pesquisadores/as também podem ir além das observações. Há possibilidade de se promover grupos de conversa a partir de artefatos – como propagandas, brinquedos, filmes – que sirvam como “deflagradores” de uma possível discussão no grupo. Entretanto, cabe ressaltar que tais artefatos devem ser vistos apenas como instigadores de uma discussão que pode, em alguns casos, não ocorrer, pois devemos ter em mente que é possível as crianças não se interessarem pelo material apresentado.

Outro ponto importante a ser considerado diz respeito às entrevistas semi-estruturadas com as crianças. Elas se revelam insuficientes para a coleta de dados, pois, em geral, em função das características dessa faixa etária (sintaxe limitada, por exemplo), elas têm alguma dificuldade em se ater à pergunta proposta. Não raro, ao ser indagada sobre um tema, a criança responde outra coisa muito diferente, por não conseguir entender exatamente

³ Estamos referindo-nos às pesquisas de Zandra Argüello (2004), Bianca Guizzo (2004) e Judite Guerra (2003), que vêm sendo desenvolvidas na Linha de Pesquisa *Educação e Relações de Gênero*, cujos títulos são, respectivamente, *Literatura Infantil não sexista: um diálogo com crianças na Educação Infantil*; *Propagandas televisivas ensinando modos de ser menino e menina* e *Construção da feminilidade na infância*.

aquilo que está sendo perguntado. Também observamos que muitas crianças não conseguem se expressar de forma clara e objetiva, recorrendo à estratégia de responder qualquer coisa ou mudar de assunto. Tal situação pode gerar certa ansiedade nas crianças, fazendo com que elas se impacientem e peçam para ir ao banheiro ou beber água, ou simplesmente peçam para ouvir a própria voz no gravador. Por isso, pesquisadores/as que estejam dispostos a entrevistar crianças, devem ter bastante flexibilidade para lidar com tais imprevistos e mudanças abruptas de rumo. Portanto, seria interessante termos as entrevistas apenas como complemento (e não como foco principal), para esclarecermos algumas dúvidas que surjam ao longo das observações na escola infantil ou em qualquer outro espaço onde a pesquisa esteja sendo realizada.

Por essas razões, não se deve criar grandes expectativas em torno de alguma atividade ou material organizado previamente para apresentar às crianças que possa despertar o debate em torno daquilo que se quer investigar, uma vez que uma das principais características das crianças é a ‘pouca paciência’ para ficarem um longo período de tempo detidos em uma mesma atividade, ou seja, elas possuem uma grande capacidade de dispersão, de modo que muitas vezes mudam de assunto rapidamente (FELIPE, 2004).

Outro fator importante que precisa ser bem avaliado diz respeito ao número de sujeitos que se quer pesquisar. Em uma de nossas pesquisas, realizada em uma turma de pré-escola municipal da cidade de Esteio/RS, o grande número de alunos/as (vinte e seis) mostrou-se como um dos impasses da pesquisa. Nos grupos de discussão propostos muitos/as eram aqueles que não falavam; talvez por inibição, talvez por falta de oportunidade, embora tivéssemos tido o cuidado de estimular a participação de todos/as. Chegamos a pensar na possibilidade de convidar apenas algumas crianças para participarem das discussões, porém, em se tratando dessa faixa etária – 6 e 7 anos – isso tornou-se complicado, uma vez que muitas delas poderiam sentir-se frustradas em razão da possibilidade de não serem escolhidas como sujeitos da pesquisa. Em outro estudo, observamos o quanto elas ficavam na expectativa, perguntando à pesquisadora quando chegaria a sua vez de serem entrevistadas⁴.

Outro aspecto importante nesse trabalho de pesquisa com crianças diz respeito à relevância que se pode atribuir, não somente ao que as crianças

⁴ Trata-se da pesquisa de mestrado desenvolvida por Judite Guerra, intitulada *Construção da feminilidade na infância*.

falam, mas também àquilo que os adultos presentes nos espaços educativos (não só professoras e equipes diretivas, mas pais, mães e responsáveis) falam sobre e para elas. Daí a importância de poder registrar as falas, reações e procedimentos dos adultos em relação às crianças e, da mesma forma, delas em relação aos adultos.

Com relação às questões éticas nas pesquisas com sujeitos infantis, cabe mencionar que é fundamental a autorização da família para a participação das crianças⁵. Quanto à exposição dos seus nomes verídicos, o Estatuto da Criança e do Adolescente é bem claro, defendendo a preservação da identidade infantil e juvenil, o que tem levado as/os pesquisadoras/es a utilizar nomes fictícios. Há pesquisadores/as, no entanto, que defendem a utilização do nome verdadeiro das crianças, ou pedem para que elas mesmas escolham um nome fictício para si, ou ainda optam em explicitar o nome da escola, por entenderem que as crianças são os elementos principais da pesquisa, e como tais, devem ser reconhecidas ou terem a possibilidade de se reconhecerem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção de encerramento, gostaríamos de destacar o quanto se mostram relevantes alguns elementos da pesquisa etnográfica para o desenvolvimento de investigações que posicionem o sujeito infantil em destaque. Como vimos salientando ao longo desse trabalho, a observação e participação contínuas e sistemáticas dos/nos campos de pesquisa (como as escolas, por exemplo) permitem-nos conhecer um pouco do dia-a-dia desses locais e da dinâmica que ali se estabelece. A partir dessa inserção (que inclui observação e participação) há a possibilidade de percebermos o que, no âmbito de tais locais, é “(re)produzido em relação aos gêneros, os comentários que se estabelecem, não só por parte das crianças, mas também por parte dos adultos (professores/as, funcionários/as, famílias) em relação às expectativas em torno de meninas e meninos, mulheres e homens” (FELIPE, 2004).

Por fim, reafirmamos a importância de desenvolvermos pesquisas com crianças pequenas, especialmente em relação às temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, considerando suas falas, sentimentos e ações. No entanto, torna-se importante estar consciente dos limites e das dificuldades a serem enfrentados, como também é importante não perder de vista que os

⁵ Temos utilizado o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, contendo os objetivos da pesquisa, a forma como será desenvolvida, os dados do/a pesquisador/a e enfatizando o sigilo que deverá ser garantido, tanto dos nomes das crianças, quanto da utilização de suas imagens.

discursos infantis trazem sempre consigo outras vozes que se fazem presentes na cultura.

REFERÊNCIAS

ALANEN, Leena. Estudos Feministas/ Estudos da Infância: paralelos, ligações e perspectivas. CASTRO, Lúcia Rabello (Org.). *Crianças e Jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

CHEEK, Julianne. *Postmodern and Poststructural Approaches to Nursing Research*. London: Sage, 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância, Pesquisa e Relatos Oraís. In: FARIA, Ana L. G., DEMARTINI, Zeila B. F., PRADO, P. D. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

FELIPE, Jane. O que as crianças têm a dizer sobre relações de gênero: algumas implicações para a pesquisa em educação. *Anais do V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – Anped Sul* (CD-Rom). Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2004.

_____. *Governando mulheres e crianças: Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000b.

_____. Infância, gênero e sexualidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.25, n. 1, jan./jun. 2000a, p. 115-131.

GUIZZO, Bianca Salazar. *Propagandas televisivas ensinando modos de ser menino e menina*. Proposta de Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira. *Notas para dar conta de uma promessa*. Mimeo, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana L. G., DEMARTINI, Zeila B. F., PRADO, P.

D. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SANTOS, Cláudia Amaral. *A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SANTOS, Luís Henrique S. dos. *Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SANTOS, Luís Henrique S. dos. *Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVEIRA, Rosa Hessel. Olha quem está falando agora! A escuta das vozes em educação. In: COSTA, Marisa (org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STEINBERG, Shirley ; KINCHELOE, Joe (Orgs.) *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v. 24, n. 2, jul./dez. 1999. p. 75-88.